

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIMENTO Nº , DE AGOSTO DE 2007 (da Deputada Solange Almeida)

Solicita sejam convidados a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Ana Lígia Gomes, o Presidente da Associação Minha Rua Minha Casa, Sr. Lívio Giosa, o Secretário Municipal do Rio de Janeiro, Sr. Marcelo Garcia e Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Sra. Benedita Souza da Silva Sampaio a fim de debatermos a questão dos moradores de rua.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidadas a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Ana Lígia Gomes, o Presidente da Associação Minha Rua Minha Casa, Sr. Lívio Giosa, o Secretário Municipal do Rio de Janeiro, Sr. Marcelo Garcia e Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Sra. Benedita Souza da Silva Sampaio, a fim de juntamente com os membros desta Comissão, debatermos a questão dos moradores de rua no Brasil.

Os moradores de rua são vistos de maneira negativa pela sociedade e incham cada vez mais os centros das grandes cidades brasileiras, expondo suas misérias no meio das ruas. Essas pessoas passam pelo desemprego, pelo rompimento de vínculos familiares e afetivos, acabam ficando marginalizados e, a inviabilidade de sua reintegração à sociedade, leva ao

esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão e à dependência química.

A presença da população de rua nos dias atuais já está tão incorporada à paisagem que se tornou banal. Nos acostumamos com a degradação da vida humana, poucas pessoas, geralmente ligadas a movimentos religiosos ou sociais, dão algum tipo de assistência a esses “excluídos”.

A carência de recursos materiais dos moradores de rua não os torna menos cidadãos. Ao contrário, são eles que devem ter a prioridade do senso de fraternidade, que propiciam momentos de reflexão sobre os valores da vida humana.

A maior parte desses moradores de rua não vive na marginalidade, como se pode pressupor. Não são bandidos e possuem potencial para voltar reabilitados para a sociedade, falta-lhes oportunidade e a redução do preconceito que há contra essas pessoas. Essas pessoas precisam de acesso à saúde, à cursos profissionalizantes e de um programa institucional consistente que propicie sua reintegração social. Necessitam também de tratamento psicológico, quiçá psiquiátrico, estímulos pessoais e objetivos próprios que as motive a enfrentar as dificuldades e deixar esta condição. Enfim precisam voltar a ser “gente” e serem tratados como tal.

O perfil do morador de rua atual não é mais representado pela figura do imigrante, do negro, analfabeto e desempregado. Não há um perfil homogêneo para traçar a população que vive nas ruas. A demência, as drogas, o álcool e o abandono são fatores que contribuem para as pessoas viverem nas ruas. No entanto, o maior fator é a exclusão social e econômica. Hoje temos um novo tipo de morador de rua, formado por pessoas que já tiveram carteira de trabalho assinada e que já foram chefes de família. A falta de emprego e a crise no mercado formal de trabalho levaram-nos a essa condição, ou seja, sobra mão-de-obra e faltam empregos.

Falta pesquisa e políticas públicas nacionalmente articuladas sobre o assunto. Diante desse grave problema social, as pessoas fecham os olhos e acabam colocando a culpa nos próprios moradores de rua. Temos que acabar com a hipocrisia e encarar o problema, a fim de proporcionar uma mudança nessa situação.

Sala das Comissões, em

Solange Almeida
Deputada Federal